



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 151

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 15 DE DEZEMBRO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 151

11ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	02
Expediente:	

Requerimentos	02
----------------------------	-----------

Ordem do Dia:

Discussão/Votação

3ª Discussão	03
---------------------------	-----------

2ª Discussão	03
---------------------------	-----------

1ª Discussão	05
---------------------------	-----------

Encerramento da Sessão	17
-------------------------------------	-----------

DIÁRIO Nº 151

11ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 11ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2008

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Jonas Guimarães e Ribas Carli Filho.

Presenças:

Às dezessete horas e trinta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pastor

Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (49).

Ausentes os Srs. Deputados: Felipe Lucas, Edgar Bueno, Geraldo Cartário, Miltinho Pupio e Osmar Bertoldi (05).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3913

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os projetos votados na presente Sessão Plenária e que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) RIBAS CARLI FILHO

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª Discussão

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 776/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a implantar o programa Jogo Limpo no âmbito do estado do Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada**. Projeto - **Aprovado**.

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 390/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 028/08, ficam dispensados os créditos tributários decorrentes da aplicação das finalidades previstas no artigo 55 da Lei nº 11580, de 14/11/96. (ICMS). COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada**. Projeto - **Aprovado**.

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 427/08, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que declara de utilidade pública a Associação Imbuia Pesquisas, com sede e foro no distrito de Guará no município de Guarapuava. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada**. Projeto - **Aprovado**.

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 323/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 538/08, que concede reajuste de 5% (cinco por cento) sobre os vencimentos básicos dos cargos de provimento em comissão, do quadro de servidores do Poder Judiciário. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 374/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 027/08, o Procurador Geral do estado poderá autorizar a desistência da ação de execução fiscal e arquivamento definitivo do processo, sem a renúncia dos respectivos créditos tributários, nas hipóteses que especifica e adota outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 393/08, de autoria do Tribunal de Justiça, que estabelece o Regime Jurídico dos funcionários do Poder Judiciário do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01

Modifique-se o parágrafo 2º do artigo 133 do projeto de lei para que passe a vigorar com a seguinte redação:

§ 2º A licença terá duração igual à do mandato, podendo ser prorrogada no caso de reeleição, e será computado o tempo de afastamento para todos os efeitos legais.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN, EDSON STRAPASSON, TADEU VENERI, ROSANE FERREIRA, PASTOR EDSON PRACZYK e PEDRO IVO.

JUSTIFICATIVA:

A licença a que se refere o parágrafo 2º é a do dirigente sindical.

A redação original previa apenas uma prorrogação em caso de reeleição.

Previsão similar havia na Lei Estadual nº 10981 de 27/12/94.

O dispositivo foi revogado pela Assembléia Legislativa, pois entenderam os Deputados que a previsão representava uma intervenção estatal na organização sindical dos servidores públicos.

A Constituição Federal de 1988 assegurou aos servidores públicos o direito à livre organização sindical assim como o direito à greve.

O artigo 8º da Carta Magna assegurou a todos os trabalhadores o direito à livre organização sindical independente de autorização estatal.

Caput do artigo 8º. É livre a Associação Profissional ou Sindical, observado o seguinte:

O artigo 37 da Constituição Federal, em seus incisos VI e VII assegurou também aos servidores públicos o

direito à livre organização sindical e à greve.

VI - É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei.

A manutenção deste dispositivo representa ofensa à liberdade sindical dos servidores públicos prevista na Constituição Federal.

A duração do mandato dos dirigentes sindicais, bem como suas liberações, devem estar previstas no Estatuto Sindical.

A manutenção ou não dos dirigentes sindicais em seus cargos é prerrogativa dos servidores públicos sindicalizados.

É vedado constitucionalmente a intervenção estatal na organização sindical, portanto, inconstitucional tal medida.

Determina o inciso I do artigo 8º da Carta Magna:

I - a lei não poderá exigir autorização do estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

O texto do projeto de lei sob análise contraria ainda o disposto no parágrafo 2º do artigo 37 da Constituição do Estado do Paraná.

§ 2º É facultado ao servidor público, eleito para a direção de sindicato ou associação de classe, o afastamento do seu cargo, sem prejuízo dos vencimentos, vantagens e ascensão funcional, na forma que a lei estabelecer.

É certo que a restrição à liberação do dirigente sindical afronta o dispositivo da Constituição Estadual.

Deve-se mencionar que restrições desta natureza não existem para outros cargos eletivos.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

Modifique-se o *caput* do artigo 119 do projeto de lei para que passe a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 119. À funcionária gestante será concedida, mediante atestado médico, licença por 180 (cento e oitenta) dias, com percepção de vencimento ou remuneração com demais vantagens legais.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN, ROSANE FERREIRA, EDSON STRAPASSON, TADEU VENERI, PEDRO IVO e PASTOR EDSON PRACZYK.

JUSTIFICATIVA:

O Congresso Nacional aprovou lei garantindo a licença maternidade para 180 dias, abrangendo as trabalhadoras do setor privado.

A partir desta decisão muitos órgãos e entidades da união passaram a assegurar os 180 dias de licença para suas servidoras.

No mesmo sentido, muitos estados e municípios brasileiros também aprovaram leis no mesmo sentido.

Em Curitiba e diversas cidades da Região Metropolitana e interior do Paraná aprovaram normas com este intuito.

O Poder Judiciário do Paraná pode ser o precursor do estado do Paraná para ampliar tão importante direito para mães e filhos. A licença é sempre um misto de repouso para a mãe e cuidados para o filho recém-nato. Está provado cientificamente que a permanência da mãe com o filho por mais tempo amplia a qualidade do relacionamento familiar e de vida para a criança.

É ainda uma forma de dar efetividade para o disposto no Estatuto da Criança e Adolescente e Constituição Federal quando pregam que as crianças e adolescentes devem ser tratados com prioridade absoluta uma vez que estão em especial estado de desenvolvimento.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 405/08, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que altera a Lei nº 14427, de 07/06/04, que dispõe sobre o uso do aparelho desfibrilador, em eventos de grande concentração de pessoas. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. e CSP. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 497/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 037/08, que autoriza o Poder Executivo a instituir Programa de Residência Técnica no âmbito da Administração Direta e autárquica do Poder Executivo do Estado do Paraná, conforme específica e adota outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 498/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 038/08, que propõe alterações na Lei nº 14260/03. (Lei de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA). COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Em discussão. Em votação.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Para Discutir)

Sr. Presidente, só para comunicar ao Líder do Governo que deixamos de apresentar uma emenda que diz respeito a tabela FIPE, porque a Tabela FIPE, neste ano, está sendo utilizada e descrito no artigo 22 da lei como referencial para a base de cálculo da cobrança do IPVA.

Ocorre que a tabela FIPE, nos últimos dias, tem sido alterada, adequando o valor dos carros ao valor do mercado, para baixo.

Então, nós faríamos uma emenda, mas entendemos desnecessária, para que a tabela FIPE a ser utilizada, seja a do dia 1º de janeiro, que é a data do fato gerador da pro-

priedade do veículo, entendemos desnecessária, mas orientamos, principalmente, eu sei que é desnecessário, mas seria de bom alvitre que se recalculasse os carros com base na tabela FIPE do doa 1º de janeiro, e não com aquela base de cálculo que veio na mensagem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Aprovado o projeto, artigo por artigo.

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 516/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 041/08, que objetiva instituir o fórum paranaense de mudanças climáticas globais, visando conscientizar e mobilizar a sociedade paranaense para discussão de tomada de posição sobre o fenômeno as mudanças climáticas globais. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 392/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 030/08, que dispõe sobre o orçamento geral do estado para o exercício de 2009. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO. SUBSTITUTIVO GERAL DA CO.

PROJETO DE LEI Nº 392/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Seção I

Das Disposições Comuns

Art. 1º Esta lei estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2009, compreendendo:

I - Os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;

II - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista.

a seguinte lei:

Seção II

Da Estimativa da Receita

Art. 2º A Receita Total apresenta a previsão da Receita Bruta, no montante de R\$ 26.136.655.280,00 (vinte e seis bilhões, cento e trinta e seis milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil e duzentos e oitenta reais), e as deduções para a formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, no valor de R\$ 2.482.716.770,00 (dois bilhões, quatrocentos e oitenta e dois milhões, setecentos e dezesseis mil, setecentos e setenta reais), ficando a despesa fixada no montante da Receita Líquida prevista em R\$ 23.653.938.510,00 (vinte e três bilhões, seiscentos e cinquenta e três milhões, novecentos e trinta e oito mil, quinhentos e dez mil reais).

Parágrafo Único. A Receita será realizada mediante a arrecadação de Tributos e o ingresso de outras Receitas Correntes e de Capital, conforme dispõe o artigo 37 da Lei Estadual nº 15917, de 12/08/08 (Lei de Diretrizes Orçamentárias 2009) e a Legislação Estadual nas especificações do Anexo I e de acordo com o seguinte desdobramento:

Em R\$ 1,00

1. Receitas de Recolhimento Centralizado Brutas	R\$ 23.175.684.220
1.1. Receitas Correntes	R\$ 21.223.868.860
1.2. Receitas de Capital	R\$ 1.951.815.360
2. Receitas de Recolhimento Centralizado Líquidas	R\$ 20.692.967.450
2.1. Receitas Correntes - Bruta	R\$ 21.223.868.860
2.2. Deduções para o FUNDEB (-)	R\$ 2.482.716.770
2.3. Receitas Correntes - Líquidas para a Fixação da Despesa	R\$ 18.741.152.090
2.4. Receitas de Capital	R\$ 1.951.815.360
3. Receitas Próprias de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes (Exclusive Transferências do Tesouro Estadual)	R\$ 1.444.986.240
3.1. Receitas Correntes	R\$ 1.269.651.410

3.2. Receitas de Capital	R\$ 175.334.830
4. Receitas Próprias de Recolhimento Descentralizado das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, para o Orçamento de Investimento (Exclusive Transferências do Tesouro Estadual)	R\$ 1.515.984.820
4.1. Receitas Correntes	R\$ 927.734.840
4.2. Receitas de Capital	R\$ 588.249.980
5. Total da Receita Bruta	R\$ 26.136.655.280
6. Total da Receita Líquida para Fixação da Despesa	R\$ 23.653.938.510
6.1. Receitas Correntes - Bruta	R\$ 23.421.255.110
6.2. Deduções para o FUNDEB (-)	R\$ 2.482.716.770
6.3. Receitas Correntes Líquidas para Fixação da Despesa	R\$ 20.938.538.340
6.4. Receitas de Capital	R\$ 2.715.400.170

Art.3º A previsão de Receitas do Tesouro inclui os efeitos financeiros da alteração na legislação tributária, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º As despesas condicionadas à aprovação da respectiva alteração na legislação são identificadas por fonte específica nos Quadros de Detalhamento de Despesa.

§ 2º Na estimativa da Receita foram excluídos os valores referentes à diferimento ou a benefícios fiscais, concedidos a contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o artigo 14, inciso I da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00.

Seção III Dos Orçamentos

Art. 4º Os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, discriminados no Anexo III, estimam a Receita Líquida em R\$ 22.137.953.690,00 (vinte e dois bilhões, cento e trinta e sete milhões, novecentos e cinquenta e três mil, seiscentos e noventa reais), e fixam a Despesa em igual valor.

Art. 5º O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, compreendendo as Receitas Próprias e as Receitas de Transferência do Estado, está estimado em R\$ 1.525.934.850,00 (um bilhão, quinhentos e vinte e cinco milhões, novecentos e trinta e quatro mil, oitocentos e cinquenta reais), com a despesa fixada em igual importância, conforme detalhamento contido no Anexo IV desta lei.

Art. 6º Os resumos dos Demonstrativos da Despesa do Orçamento Geral do Estado, com recursos do Tesouro e de outras fontes, constam do Anexo II, integrante desta lei.

Art. 7º As despesas referentes ao pagamento da Dívida Pública Externa e Interna constam do Anexo III

desta lei, especificadas pelas dotações: 3101.28843999.083 - Encargos Gerais da Dívida Pública Interna e 3101.28844999.084 - Encargos Gerais da Dívida Pública Externa.

Art. 8º A Reserva de Contingência consta do Anexo III desta lei, na dotação 2501.99999999.900 - Reserva de Contingência, no montante de R\$ 80.182.760,00 (oitenta milhões, cento e oitenta e dois mil, setecentos e sessenta reais).

Art. 9º O Programa de Obras custeadas com recursos do Tesouro e de Outras Fontes está detalhado no Anexo V desta lei.

Art. 10. O Anexo de Vinculações de que trata o artigo 15, inciso XI, da Lei Estadual nº 15917, de 12/08/08 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2009, está apresentado no Anexo VI desta lei.

Seção IV Das Correções dos Orçamentos

Art. 11. Os valores constantes do Orçamento Geral do Estado estabelecido a preços de 30/06/08, serão atualizados, antes do início da execução orçamentária mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro que venha a substituí-lo, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2008, de acordo com o estabelecido no artigo 6º da Lei Estadual nº 15917, de 12/08/08.

§ 1º O Poder Executivo encaminhará à Assembléia Legislativa, até 20 (vinte) dias após a correção a que se refere o *caput* deste artigo, as informações sobre o índice utilizado e os valores dos totais por órgãos, unidades orçamentárias e projetos/atividades/operações especiais.

§ 2º As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da receita de arrecadação própria de estado, mais as Transferências Federais.

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder trimestralmente, a correção dos valores dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta e do Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE, e no caso de sua indisponibilidade, de outro indicador de atualização monetária dando ciência à Assembléia Legislativa.

§ 1º As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da Receita de Arrecadação Própria do Estado mais as transferências federais.

§ 2º No prazo de 15 (quinze) dias, após as correções, o Poder Executivo, fornecerá ao Poder Legislativo, os percentuais e totais por Órgãos, Unidades Orçamentárias e Projetos/Atividades/Operações Especiais.

Seção V

Das Autorizações para Abertura de Créditos e Ajuste de Grupos de fontes, de Modalidade de Aplicação e Obras

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado no que lhe cabe, a:

I - Abrir créditos suplementares para atender despesas com Pessoal e Encargos Sociais, o pagamento da Dívida Pública, com as Transferências Constitucionais aos municípios, com sentenças Judiciais e PASEP, utilizando como recurso as formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320, de 17/05/64;

II - Abrir créditos suplementares até o limite de 10% (dez por cento), decorrentes do ingresso e do excesso de arrecadação de recursos provenientes de Convênios, de Fontes Vinculadas e de Receitas Próprias das Unidades da Administração Indireta, para aplicação em programas aprovados por esta lei, utilizando como recursos as formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4320, de 17/03/64;

III - Abrir créditos suplementares, nos termos dos incisos I, II, III e IV do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320, de 17/03/64, para cumprimento de convênios, acordos nacionais e com agentes financeiros internacionais, não previstos ou com insuficiência de dotação, tendo como limite o valor anual dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados;

IV - Abrir créditos suplementares até o limite de 5% (cinco por cento), do valor da receita líquida para

fixação da despesa para o exercício de 2009, utilizando como recursos as formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320, de 17/03/64, de acordo com o disposto no artigo 35, da Lei Estadual nº 15917, de 12/08/08 - Lei de Diretrizes Orçamentárias 2009;

V - Proceder até o limite de 20% (vinte por cento) das dotações, definidas neste orçamento, a compensação, conversão ou criação de grupos de fontes, de recursos ordinários, vinculados ou próprios dos Projetos/Atividades/Operações Especiais e das Obras, sem lhes alterar o valor global, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta lei. Não serão computados neste limite os créditos suplementares abertos com base nos itens I, II, III e IV deste artigo;

VI - alterar as modalidades de aplicação definidas neste orçamento, com a finalidade de assegurar a execução das programações nesta lei;

VII - alterar o programa de obras, orçado nesta lei em nível de projetos/atividades orçamentárias, até o limite de 20% (vinte por cento), por unidades orçamentárias, custeados com recursos do tesouro e de outras fontes, desde que tecnicamente justificado. Não serão computados neste limite os créditos adicionais abertos com base nos itens I, II, III e IV deste artigo.

Art. 14. Fica automaticamente ajustado o anexo de vinculações em decorrência das alterações orçamentárias procedidas com base nas autorizações contidas nesta lei.

Art. 15. O Poder Executivo deverá encaminhar à Assembléia Legislativa do Estado até o 15º dia do encerramento de cada trimestre, demonstrativo de todas as alterações decorrentes do artigo 13 desta lei.

Art. 16. Fica o Poder Executivo autorizado a alienar e/ou permutar os títulos públicos emitidos pelo estado de Santa Catarina e pelos municípios de Osasco/SP e Guarulhos/SP, dos quais o estado do Paraná é portador.

Art. 17. Ficam os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público autorizados a procederem a ajustes nos seus orçamentos, nos termos da lei, dando ciência ao Tribunal de Contas e ao Poder Executivo.

Seção VI

Das Centralizações de Recursos

Art. 18. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à centralização das dotações orçamentárias, alocadas em diversos programas, com a finalidade de atender a aplicação mínima de recursos em função de determinações constitucionais, ou fixadas em outras legislações, e ainda atender as situações decorrentes da otimização administrativa, em especial as referidas nos artigos 63, 64 e 65 da Lei Estadual nº 8485, de 03/06/87, bem como, proceder as suas eventuais descentralizações.

Art. 19. Fica o Poder Executivo autorizado a descentralizar recursos do Fundo Paraná, mediante a abertura de atividades específicas, através de respectivos créditos adicionais, desde que tal descentralização seja previamente autorizada pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia.

Art. 20. Fica o Poder Executivo autorizado a descentralizar os recursos dos Programas Especiais, orçados nesta Lei da Administração Geral do Estado - Recursos Sob Supervisão da SEPL, mediante a abertura de projetos específicos nas Unidades Orçamentárias executoras, por meio de créditos especiais, por ocasião da formalização dos contratos de acordo com o parágrafo único do artigo 41 da Lei nº 15917, de 12/08/08.

Seção VII

Da Execução e Manutenção do Equilíbrio Orçamentário

Art. 21. O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos do título VI, capítulo I, da Lei Federal nº 4320, de 17/03/64, sendo vedada à aplicação do artigo 78, parágrafo 2º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, inserido pela Emenda Constitucional nº 030, em relação às Receitas Tributárias, definidas no Anexo I desta Lei, por força da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00.

Seção VIII

Das Disposições Gerais

Art. 22. A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, no prazo de 20 (vinte) dias da publicação da Lei Orçamentária, divulgará e encaminhará à Assembléia Legislativa do Estado, os Quadros de Detalhamento de Despesa especificando, por Projetos/Operações Especiais, os elementos de despesa e os respectivos desdobramentos dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores na forma do disposto no artigo 11 desta lei.

Art. 23. Fica o Poder Executivo, autorizado a utilizar para fins orçamentários e contábeis, as novas denominações de órgãos e/ou unidades decorrentes de alterações legalmente aprovadas após a elaboração desta lei.

Art. 24. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às alterações orçamentárias no Orçamento Fiscal e Próprio da Administração Indireta e no Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista decorrentes de transformações aprovadas por lei.

Art. 25. Fica o Poder autorizado a proceder as alterações orçamentárias decorrentes do contido no Decreto

nº 3359, de 02/09/08 e suas modificações, antes do início da execução orçamentária de 2009.

Art. 26. O saldo financeiro, incluindo sua remuneração, verificado em 31/12/08, proveniente da diferença entre as cotas liberadas de recursos do Tesouro e a despesa empenhada no âmbito do Poder Executivo, deverá ser recolhido ao Tesouro Geral do Estado impreterivelmente, até 31/01/09, conforme disposto no artigo 32 da Lei nº 15917 de 12/08/08.

Art. 27. As unidades Orçamentárias da Administração Indireta, do Poder Executivo, compreendendo as Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Empresas Públicas Dependentes e Fundos, deverão recolher ao Tesouro Geral do Estado, até 30 (trinta) dias após o encerramento da Balanço Geral do Estado de 2008, 20% (vinte por cento) dos respectivos Superávit Financeiro apurados em seus Balanços Patrimoniais do exercício de 2008, exceto os decorrentes de receitas legalmente vinculadas.

Parágrafo Único. Ficam excluídas das exigências do contido no caput deste artigo, as Instituições de Ensino Superior vinculados à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, vinculada à Secretaria de Estado dos Transportes.

Art. 28. Fica o Poder Executivo autorizado a repassar recursos, ao Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA, abrindo créditos suplementares, se necessário, até o limite de R\$ 6.892.025,00 (seis milhões, oitocentos e noventa e dois mil e vinte e cinco reais), equivalente aos saldos dos recursos utilizados na implantação do Parque Ambiental Aníbal Khury, incluindo os valores da desapropriação da área da área.

Art. 29. Fica o Poder Executivo autorizado a repassar para o Departamento de Estradas de Rodagem - DER, até o limite de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), de recursos provenientes do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, destinados à construção, recuperação e melhoria das estradas estaduais ou estradas federais concessionadas, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir os Créditos Adicionais necessários à implementação deste artigo.

§ 1º Os recursos do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, de que trata o caput deste artigo, poderão ser provenientes do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2008 ou da arrecadação do DETRAN, efetivada durante o exercício de 2009.

§ 2º Os recursos do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, repassados ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER, de que trata o caput deste artigo, ficam excluídos da exigência contida no artigo 6º da Lei Estadual nº 7811, de 29/12/83, publicada no Diário Oficial do Estado de 30/12/83.

Art. 30. Os recursos, destinados à execução de ações voltadas à área de Saúde, estão alocados na Unidade Orçamentária: Fundo Estadual de Saúde - FUNSAUDE, vinculada à Secretaria de Estado da Saúde, de acordo com as determinações contidas na Emenda Constitucional nº 029, de 13/12/00.

Art. 31. Esta lei entrará em vigor em 01/01/09, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15/12/08.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PROJETO DE LEI Nº 392/08

P A R E C E R :

Trata-se de projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2009, oriundo da Mensagem do Poder Executivo nº 030/08.

Ao projeto de lei original foram apresentadas 4298 emendas, tendo sido acolhidas destes totais 2755 emendas, sendo 2235 emendas à despesa, 504 emendas ao conteúdo programático e 16 ao texto da Lei. Foram acolhidas segundo critérios estabelecidos por este Relator as emendas individuais à despesa tecnicamente corretas até o limite de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para todas as áreas e as emendas coletivas.

Os critérios foram erigidos com base em dados técnicos e legais. Tais elementos merecem acatamento por parte deste Relator, com vistas a tornar efetiva e concreta a implementação do conteúdo das proposições dos Srs. Deputados. As emendas à despesa perfizeram um montante de R\$ 225.227.000,00 (duzentos e vinte e cinco milhões, duzentos e vinte e sete mil reais), sendo atendidas por cancelamentos, na mesma importância, apontados por esta Comissão dentre as diversas dotações consignadas na proposta do Executivo, preservando ao máximo do valor original. Salienta-se que naquele montante estão inclusas emendas coletivas pactuadas nas diversas reuniões da Comissão.

É de se notar que, ao acatar 2235 emendas à despesa, respeitou-se à prerrogativa constitucional dos Srs. Deputados de acompanhamento e fiscalização da peça orçamentária.

Na emenda substitutiva geral, este Relator entendeu por bem alterar o artigo 13 do texto original. As alterações visam as delegações concedidas ao Poder Executivo, respeitando-se a competência Parlamentar, para a plena realização do ideal democrático através do

respeito ao princípio da representação popular, o que só acontecerá através da apresentação de emendas e se concretizará pelo acatamento das mesmas obedecendo-se à técnica peculiar do processo classificatório.

Assim, somos favoráveis à aprovação do presente projeto de lei, nos termos da emenda substitutiva geral apresentada em anexo.

Sala das Comissões, em 15/12/08.

(aa) BETI PAVIN - Presidente

NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 392/08

Seção I

Das Disposições Comuns

Art. 1º Esta lei estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2009, compreendendo:

I - Os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;

II - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista.

Seção II

Da Estimativa da Receita

Art. 2º A Receita Total apresenta a previsão da Receita Bruta, no montante de R\$ 26.136.655.280,00 (vinte e seis bilhões, cento e trinta e seis milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil e duzentos e oitenta reais), e as deduções para a formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, no valor de R\$ 2.482.716.770,00 (dois bilhões, quatrocentos e oitenta e dois milhões, setecentos e dezesseis mil, setecentos e setenta reais), ficando a despesa fixada no montante da Receita Líquida prevista em R\$ 23.653.938.510,00 (vinte e três bilhões, seiscentos e cinquenta e três milhões, novecentos e trinta e oito mil, quinhentos e dez reais).

Parágrafo Único. A Receita será realizada mediante a arrecadação de Tributos e o ingresso de outras Receitas Correntes e de Capital, conforme dispõe o artigo 37 da Lei Estadual nº 15917, de 12/08/08 (Lei de Diretrizes Orçamentárias 2009) e a Legislação Estadual nas especificações do Anexo I e de acordo com o seguinte desdobramento:

Em R\$ 1,00

1. Receitas de Recolhimento Centralizado Brutas	R\$ 23.175.684.220
1.1. Receitas Correntes	R\$ 21.223.868.860
1.2. Receitas de Capital	R\$ 1.951.815.360
2. Receitas de Recolhimento Centralizado Líquidas	R\$ 20.692.967.450

2.1. Receitas Correntes - Bruta	R\$ 21.223.868.860
2.2. Deduções para o FUNDEB (-)	R\$ 2.482.716.770
2.3. Receitas Correntes - Líquidas para a Fixação da Despesa	R\$ 18.741.152.090
2.4. Receitas de Capital	R\$ 1.951.815.360
3. Receitas Próprias de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes (Exclusive Transferências do Tesouro Estadual)	R\$ 1.444.986.240
3.1. Receitas Correntes	R\$ 1.269.651.410
3.2. Receitas de Capital	R\$ 175.334.830
4. Receitas Próprias de Recolhimento Descentralizado das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, para o Orçamento de Investimento (Exclusive Transferências do Tesouro Estadual)	R\$ 1.515.984.820
4.1. Receitas Correntes	R\$ 927.734.840
4.2. Receitas de Capital	R\$ 588.249.980
5. Total da Receita Bruta	R\$ 26.136.655.280
6. Total da Receita Líquida para Fixação da Despesa	R\$ 23.653.938.510
6.1. Receitas Correntes - Bruta	R\$ 23.421.255.110
6.2. Deduções para o FUNDEB (-)	R\$ 2.482.716.770
6.3. Receitas Correntes Líquidas para Fixação da Despesa	R\$ 20.938.538.340
6.4. Receitas de Capital	R\$ 2.715.400.170

Art. 3º A previsão de Receitas do Tesouro inclui os efeitos financeiros da alteração na legislação tributária, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º As despesas condicionadas à aprovação da respectiva alteração na legislação são identificadas por fonte específica nos Quadros de Detalhamento de Despesa.

§ 2º Na estimativa da Receita foram excluídos os valores referentes à diferimento ou a benefícios fiscais, concedidos a contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o artigo 14, inciso I da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00.

Seção III Dos Orçamentos

Art. 4º Os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, discriminados no Anexo III, estimam a Receita Líquida em R\$ 22.137.953.690,00 (vinte e dois bilhões, cento e trinta e sete milhões, novecentos e cinquenta e três mil, seiscentos e noventa reais), e fixam a Despesa em igual valor.

Art. 5º O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, com-

preendendo as Receitas Próprias e as Receitas de Transferência do Estado, está estimado em R\$ 1.525.934.850,00 (um bilhão, quinhentos e vinte e cinco milhões, novecentos e trinta e quatro mil, oitocentos e cinquenta reais), com a despesa fixada em igual importância, conforme detalhamento contido no Anexo IV desta lei.

Art. 6º Os resumos dos Demonstrativos da Despesa do Orçamento Geral do Estado, com recursos do Tesouro e de outras fontes, constam do Anexo II, integrante desta lei.

Art. 7º As despesas referentes ao pagamento da Dívida Pública Externa e Interna constam do Anexo III desta lei, especificadas pelas dotações: 3101.28843999.083 - Encargos Gerais da Dívida Pública Interna e 3101.28844999.084 - Encargos Gerais da Dívida Pública Externa.

Art. 8º A Reserva de Contingência consta do Anexo III desta lei, na dotação 2501.99999999.900 - Reserva de Contingência, no montante de R\$ 34.635.760,00 (trinta e quatro milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, setecentos e sessenta reais).

Art. 9º O Programa de Obras custeadas com recursos do Tesouro e de Outras Fontes está detalhado no Anexo V desta lei.

Art. 10. O Anexo de Vinculações de que trata o artigo 15, inciso XI, da Lei Estadual nº 15917, de 12/08/08 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2009, está apresentado no Anexo VI desta lei.

Seção IV

Das Correções dos Orçamentos

Art. 11. Os valores constantes do Orçamento Geral do Estado estabelecido a preços de 30/06/08, serão atualizados, antes do início da execução orçamentária mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro que venha a substituí-lo, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2008, de acordo com o estabelecido no artigo 6º da Lei Estadual nº 15917, de 12/08/08.

§ 1º O Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa, até 20 (vinte) dias após a correção a que se refere o *caput* deste artigo, as informações sobre o índice utilizado e os valores dos totais por órgãos, unidades orçamentárias e projetos/atividades/operações especiais.

§ 2º As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da receita de arrecadação própria de estado, mais as Transferências Federais.

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder trimestralmente, a correção dos valores dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta e do Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e no caso de sua indisponibilidade, de outro indicador de atualização monetária dando ciência à Assembleia Legislativa.

§ 1º As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da Receita de Arrecadação Própria do Estado mais as transferências federais.

§ 2º No prazo de 15 (quinze) dias, após as correções, o Poder Executivo, fornecerá ao Poder Legislativo, os percentuais e totais por Órgãos, Unidades Orçamentárias e Projetos/Atividades/Operações Especiais.

Seção V

Das Autorizações para Abertura de Créditos e Ajuste de Grupos de Fontes, de Modalidade de Aplicação e Obras

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado no que lhe cabe, a:

I - Abrir créditos suplementares para atender despesas com Pessoal e Encargos Sociais, o pagamento da Dívida Pública, com as Transferências Constitucionais aos municípios, com sentenças Judiciais e PASEP, utilizando como recurso as formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320, de 17/03/64;

II - Abrir créditos suplementares até o limite de 2% (dois por cento), decorrentes do ingresso e do excesso de arrecadação de recursos provenientes de Convênios, de Fontes Vinculadas e de Receitas Próprias das Unidades da Administração Indireta, para aplicação em programas aprovados por esta lei, utilizando como recursos as formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4320, de 17/03/64;

III - Abrir créditos suplementares, nos termos dos incisos I, II, III e IV do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320, de 17/03/64, para cumprimento de convênios, acordos nacionais e com agentes financeiros internacionais, não previstos ou com insuficiência de dotação, tendo como limite o valor anual dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados;

IV - Abrir créditos suplementares até o limite de 5% (cinco por cento), do valor da receita líquida para fixação da despesa para o exercício de 2009, utilizando como recursos as formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320, de 17/03/64, de acordo com o disposto no artigo 35, da Lei Estadual nº 15917, de 12/08/08 - Lei de Diretrizes Orçamentárias 2009;

V - Proceder até o limite de 10% (dez por cento) das dotações, definidas neste orçamento, a compensação, conversão ou criação de grupos de fontes, de recursos ordinários, vinculados ou próprios dos Projetos/Atividades/Operações Especiais e das Obras, sem lhes alterar o valor global, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta lei. Não serão computados neste limite os créditos suplementares abertos com base nos itens I, II, III e IV deste artigo;

VI - alterar as modalidades de aplicação definidas neste orçamento, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta lei;

VII - alterar o programa de obras, orçado nesta lei em nível de projetos/atividades orçamentárias, até o limite de 10% (dez por cento), por unidades orçamentárias, custeados com recursos do tesouro e de outras fontes, desde que tecnicamente justificado. Não serão computados neste limite os créditos adicionais abertos com base nos itens I, II, III e IV deste artigo.

Art. 14. Fica automaticamente ajustado o anexo de vinculações em decorrência das alterações orçamentárias procedidas com base nas autorizações contidas nesta lei.

Art. 15. O Poder Executivo deverá encaminhar à Assembleia Legislativa do Estado até o 15º dia do encer-

ramento de cada trimestre, demonstrativo de todas as alterações decorrentes do artigo 13 desta lei.

Art. 16. Fica o Poder Executivo autorizado a alienar e/ou permutar os títulos públicos emitidos pelo estado de Santa Catarina e pelos municípios de Osasco/SP e Guarulhos/SP, dos quais o estado do Paraná é portador.

Art. 17. Ficam os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público autorizados a procederem a ajustes nos seus orçamentos, nos termos da lei, dando ciência ao Tribunal de Contas e ao Poder Executivo.

Seção VI

Das Centralizações de Recursos

Art. 18. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à centralização das dotações orçamentárias, alocadas em diversos programas, com a finalidade de atender a aplicação mínima de recursos em função de determinações constitucionais, ou fixadas em outras legislações, e ainda atender as situações decorrentes da otimização administrativa, em especial as referidas nos artigos 63, 64 e 65 da Lei Estadual nº 8485, de 03/06/87, bem como, proceder as suas eventuais descentralizações.

Art. 19. Fica o Poder Executivo autorizado a descentralizar recursos do Fundo Paraná, mediante a abertura de atividades específicas, através de respectivos créditos adicionais, desde que tal descentralização seja previamente autorizada pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia.

Art. 20. Fica o Poder Executivo autorizado a descentralizar os recursos dos Programas Especiais, orçados nesta Lei da Administração Geral do Estado - Recursos Sob Supervisão da SEPL, mediante a abertura de projetos específicos nas Unidades Orçamentárias executoras, por meio de créditos especiais, por ocasião da formalização dos contratos de acordo com o parágrafo único do artigo 41 da Lei nº 15917, de 12/08/08.

Seção VII

Da Execução e Manutenção do Equilíbrio Orçamentário

Art. 21. O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos do título VI, capítulo I, da Lei Federal nº 4320, de 17/03/64, sendo vedada à aplicação do artigo 78, parágrafo 2º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, inserido pela Emenda Constitucional nº 030, em relação às Receitas Tributárias, definidas no Anexo I desta Lei, por força da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00.

Seção VIII

Das Disposições Gerais

Art. 22. A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, no prazo de 20 (vinte) dias da publicação da Lei Orçamentária, divulgará e encaminhará à Assembléia Legislativa do Estado, os Quadros de Detalhamento de Despesa especificando, por Projetos/Operações Especiais, os elementos de despesa e os respectivos desdobramentos dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores na forma do disposto no artigo 11 desta lei.

Art. 23. Fica o Poder Executivo, autorizado a utilizar para fins orçamentários e contábeis, as novas denominações de órgãos e/ou unidades decorrentes de alterações legalmente aprovadas após a elaboração desta lei.

Art. 24. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às alterações orçamentárias no Orçamento Fiscal e Próprio da Administração Indireta e no Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista decorrentes de transformações aprovadas por lei.

Art. 25. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder as alterações orçamentárias decorrentes do contido no Decreto nº 3359, de 02/09/08 e suas modificações, antes do início da execução orçamentária de 2009.

Art. 26. O saldo financeiro, incluindo sua remuneração, verificado em 31/12/08, proveniente da diferença entre as cotas liberadas de recursos do Tesouro e a despesa empenhada no âmbito do Poder Executivo, deverá ser recolhido ao Tesouro Geral do Estado impreterivelmente, até 31/01/09, conforme disposto no artigo 32 da Lei nº 15917 de 12/08/08.

Art. 27. As unidades Orçamentárias da Administração Indireta, do Poder Executivo, compreendendo as Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Empresas Públicas Dependentes e Fundos, deverão recolher ao Tesouro Geral do Estado, até 30 (trinta) dias após o encerramento da Balanço Geral do Estado de 2008, 20% (vinte por cento) dos respectivos superávits financeiros apurados em seus Balanços Patrimoniais do exercício de 2008, exceto os decorrentes de receitas legalmente vinculadas.

Parágrafo Único. Ficam excluídas das exigências do contido no *caput* deste artigo, as instituições de ensino superior vinculados à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, vinculada à Secretaria de Estado dos Transportes.

Art. 28. Fica o Poder Executivo autorizado a repassar recursos, ao Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA, abrindo créditos suplementares, se necessário,

até o limite de R\$ 6.892.025,00 (seis milhões, oitocentos e noventa e dois mil e vinte e cinco reais), equivalente aos saldos dos recursos utilizados na implantação do Parque Ambiental Aníbal Khury, incluindo os valores da desapropriação da área.

Art. 29. Fica o Poder Executivo autorizado a repassar para o Departamento de Estradas de Rodagem - DER, até o limite de R\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais), de recursos provenientes do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, destinados à construção, recuperação e melhoria das estradas estaduais ou estradas federais concessionadas, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir os Créditos Adicionais necessários à implementação deste artigo.

§ 1º Os recursos do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, de que trata o caput deste artigo, poderão ser provenientes do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2008 ou da arrecadação do DETRAN, efetivada durante o exercício de 2009.

§ 2º Os recursos do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, repassados ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER, de que trata o caput deste artigo, ficam excluídos da exigência contida no artigo 6º da Lei Estadual nº 7811, de 29/12/83, publicada no Diário Oficial do Estado de 30/12/83.

Art. 30. Os recursos, destinados à execução de ações voltadas à área de Saúde, estão alocados na Unidade Orçamentária: Fundo Estadual de Saúde - FUNSAUDE, vinculada à Secretaria de Estado da Saúde, de acordo com as determinações contidas na Emenda Constitucional nº 029, de 13/12/00.

Art. 31. Ocorrendo o excesso de arrecadação, descontados os repasses constitucionais e legais (Ensino, Saúde, Poder Judiciário, Poder Legislativo, Ministério Público), serão atendidos os seguintes programas:

- I - Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar;
- II - Diversificação da Agropecuária e Fortalecimento do Agronegócio Familiar;
- III - Integração do Transporte Metropolitano de Curitiba;
- IV - Programa de Regularização Fundiária, Agricultura Familiar e Cidadania;
- V - Fomento Rodoviário aos Municípios;
- VI - Casa da Família;
- VII - Contra partida do Governo do Estado para realizar convênio com o Ministério da Cultura, para implantação do "Programa Cultura Viva" no Estado.

Art. 32. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2009 o valor de R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais) para reforço de dotação destinada ao desenvolvimento das atividades da Secretaria de Estado da Comunicação Social.

Art. 33. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a alteração na descrição da atividade 2503 - Fundo Estadual para Infância e Adolescência - FIA integrante do Programa de Trabalho da Unidade - 5560.0824332.503, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Apoiar programas e projetos a serem desenvolvidos por órgãos públicos estaduais, municipais e entidades não governamentais na área de proteção e sócio-educação, defesa e controle social, voltado à garantia de direitos das crianças e adolescentes no Estado do Paraná, que atendam à política definida pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e no Pacto pela Infância e Juventude."

Parágrafo Único. Incluir nas principais ações do programa de trabalho de que trata este artigo a seguinte meta:

"Apoiar entidade não governamental para qualificar a sociedade civil no exercício do controle social - (Convênio) Quantidade 01".

Art. 34. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no Programa de Desenvolvimento Regional e Metropolitano, a cargo da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - Projeto/Atividade: 1139 - Investimentos em Infra-Estrutura Urbana nos Municípios, o valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) para implementação da região metropolitana de Londrina.

Art. 35. As proposições constantes do Anexo VII desta lei passam a integrar os orçamentos dos Poderes Executivo, Judiciário, Legislativo e do Ministério Público, ficando, automaticamente ajustado o Anexo VI de que trata o artigo 15, inciso XI, da Lei Estadual nº 15.917 de 12/08/08.

Art. 36. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2009, o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para aquisição de distribuição de calcário conforme Lei nº 11175/95.

Art. 37. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a alteração na Dotação 5560.0824332.503 - Fundo Estadual para Infância e Adolescência - FIA, na fonte de recurso 131 - Programa de Assistência ao Menor e de Natureza Social - Lei nº 11091/95, suplementando as despesas consignadas nos seguintes elementos: 3.1.90.0400 - Contratação por Tempo Determinado em R\$ 1.560.000,00 (Um milhão quinhentos e sessenta mil reais), e 3.1.90.1300 - Obrigações Patronais no valor de R\$ 440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil reais), em consequência fica cancelada a despesa classificada no elemento 3.3.90.3600 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) do mesmo programa de Trabalho.

Art. 38. Passam a integrar a presente lei os anexos VII, VIII e IX, devendo o Poder Executivo proceder às alterações deles decorrentes no prazo de 30 dias, a partir da sua publicação.

Art. 39. Esta lei entrará em vigor em 01/01/09.
Sala das Comissões, em 15/12/08.

(aa) BETI PAVIN - Presidente
NEREU MOURA - Relator

Apoiamento:

Douglas Fabrício, Duílio Genari e Tadeu Veneri.

Em discussão. Em votação.

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Nereu Moura, Relator do projeto.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Depois de muitos dias de estudo e trabalho, hoje apresentamos o nosso relatório final sobre a lei orçamentária para o ano de 2009.

É evidente, Sr. Presidente, que longe se vai o momento que julgamos ser definitivo da democracia brasileira - a consolidação do processo democrático, porque a peça orçamentária ainda podemos dizer que é uma peça de ficção, uma vez que o Poder Executivo não está obrigado a executar aquilo que está escrito no orçamento do estado, do município ou do Governo Federal.

Ainda o Poder Executivo tem ferramentas e instrumentos para alterar a lei, para mudar o rumo, para, enfim, anular projetos e criar novas iniciativas.

Um dia chegará neste país, Sr. Presidente, que o orçamento será impositivo, que o Governo irá ter que cumprir a peça orçamentária integral e cabal que for aprovada nos Parlamentos deste país.

Eu sonho, como Deputado Estadual, poder viver aqui nesta Casa este momento que eu julgo ser definitivamente a consolidação do processo democrático, porque hoje, na atual sistemática, não é o modelo do Paraná, refiro-me à estrutura existente no nosso país, onde os Parlamentares que representam o povo do Paraná, muitas vezes com uma emenda parlamentar buscam fazer justiça atendendo demandas de pessoas, de comunidades que ficam perdidas por este interior afora.

Esta emenda, legitimamente consagrada pelo Parlamentar, apresentada na peça orçamentária, muitas vezes é solenemente ignorada e esquecida pelo Poder Executivo! Mas fizemos o que era possível fazer aqui nesta Casa. Julgo ser justo agradecer ao Presidente Nelson Justus, ao 1º Secretário Alexandre Curi, a 2ª Secretária Luciana Rafagnin, aos Diretores da Assembleia Legislativa, à nossa assessoria da Comissão de Orçamento, notadamente a esta grande profissional, uma gigante mulher, a nossa querida Ana Beatriz, a Deputada Beti Pavin, Presidente da Comissão de Orçamento, os Deputados Tadeu Veneri, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Waldyr Pugliesi

que participamos da Comissão de Orçamento e hoje aprovamos o relatório que será votado neste momento aqui nesta Casa. Foram apresentadas 4 mil e 100 emendas, representando um valor de R\$ 460 milhões. Tivemos que ajustar essas emendas, estudá-las, acolhemos 2 mil e 235 emendas às despesas do estado, 504 emendas no conteúdo programático e 16 emendas no texto da lei. Essas emendas representam R\$ 225 milhões que os Deputados estão carimbando no orçamento do estado do Paraná.

Sr. Presidente, 223 bilhões e 600 milhões, incluindo a COPEL e a SANEPAR, o Governo do Paraná tem uma previsão de ter um orçamento que possa atender às demandas do estado no ano que vem, na Educação, na Saúde, na geração de empregos. Entendemos que a peça orçamentária está muito bem distribuída, de forma a atender todos os setores da administração pública do estado do Paraná, na Agricultura, na Saúde, na Educação e na geração de empregos.

Quero parabenizar aos Srs. e Sras. Deputados que apresentaram as emendas, defenderam os direitos e interesses do povo do Paraná, das suas regiões, dos seus municípios e trouxeram a expectativa e os sonhos, escrevendo nesta Lei Orçamentária tantos interesses esparramados da nossa população por este Paraná inteiro.

Por isso, Sr. Presidente, concluo as minhas palavras dizendo que a Assembleia Legislativa do Paraná cumpre com seu dever, dever constitucional de fazer uma peça orçamentária enxuta, naquilo que era possível fazer. Encolhemos muito daquilo que o Governo pretendia no sentido de ter o poder de remanejar verbas de movimentar o orçamento sem precisar da autorização da Assembleia Legislativa. Deixamos num nível aceitável, mas o nível, na minha opinião, aceitável, tolerável, é um dia o orçamento se tornar uma peça de luxo, impositiva, uma lei como diz o Rogério Magri, Ministro do Trabalho, "imexível", que o Poder Executivo não possa mexer, tenha que cumprir, porque aí sim saberemos que tudo aquilo que colocarmos no orçamento, o Poder Executivo irá cumprir. Será consagrado, será definitivamente cumprido, porque será uma lei e não terá como mexê-la. É o que temos e é o que podemos fazer. Sendo o que temos e o que podemos fazer, foi o melhor que pudemos fazer.

Temos agora o sentimento tranqüilo que fizemos a nossa parte, estudando, trabalhando para hoje aqui apresentarmos o nosso relatório e podermos votar e entregar ao povo do Paraná, ao Governador Requião, o orçamento possível a ser executado no ano de 2009.

Obrigado, Sr. Presidente, pelo apoio que V. Exa. deu à Comissão de Orçamento, brilhantemente presidida pela Deputada Beti Pavin, à nossa assessoria que tanto trabalhou para que nós, hoje, pudéssemos apresentar esse estudo detalhado, enxugado, resumido daquilo que foi feito durante esses três meses que ficamos com o orçamento na mão.

Muito obrigado.

O SR. DURVAL AMARAL (DEM) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero apenas cumprimentar o Relator, Deputado Nereu Moura, da Comissão de Orçamento, cumprimentar a Deputada Beti, cumprimentar também todos os assessores da Comissão de Orçamento. V. Exa. já foi Presidente da Comissão de Orçamento e sabe o trabalho que é desenvolvido para chegarmos a este bom termo, para chegarmos a esse entendimento com a apresentação das emendas dos Srs. Parlamentares e efetivamente o substitutivo geral apresentado pela Comissão de Orçamento.

Deputado Nereu Moura, pode parecer simples a nós outros Deputados, mas é um trabalho de extrema complexidade. Muitas horas efetivas de trabalho para poder compartimentar essas emendas todas, preparar um substitutivo geral, fazer com que o projeto de lei orçamentária seja exequível. Sempre fico muito preocupado, sei que V. Exa., juntamente com a Deputada Beti também tiveram essa preocupação de resguardar as prerrogativas da Assembléia Legislativa. Sempre tenho dito que são poucas as nossas prerrogativas enquanto Poder, e não podemos, nessa que é uma das principais leis votadas na Assembléia Legislativa ou pelo Parlamento brasileiro, não podemos abrir mão de discutir a suplementação orçamentária, não podemos discutir todos os remanejamentos que o Governo, no próximo ano, irá fazer. E para isso tem que se ter isenção.

Confio plenamente no trabalho desenvolvido por V. Exa., pela sua capacidade, pela sua seriedade, pela seriedade da Deputada Beti. Que esse orçamento que vamos aprovar daqui a alguns minutos possa realmente externar o pensamento e a aspiração de toda sociedade paranaense, resguardando as prerrogativas do nosso Parlamento.

Era só, por questão de justiça essa consideração, louvando aqui desde já o trabalho desenvolvido pelo Deputado Nereu Moura, Deputada Beti e muito especialmente pela Ana Beatriz, Mauro, por todos os técnicos da Comissão de Orçamento que realmente fizeram um trabalho fantástico para a elaboração final desse substitutivo que vamos votar e aprovar daqui a alguns minutos.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, gostaria, da mesma forma que fez o Deputado Durval, parabenizar o Relator Deputado Nereu Moura, todos os membros da Comissão, mas colocar uma preocupação que deve ser uma preocupação desta Casa.

Veja bem, todos os indicadores econômicos do Brasil dão conta que um dos setores que ficará mais ressentido com a atual crise será o setor da agricultura. Notadamente, o Paraná terá sensivelmente, no transcorrer do ano que vem, este sentimento com relação à crise que estamos vendo no país e no mundo.

Ouvi do Deputado Nereu Moura que as emendas que colocamos, e sabemos que o Governador não paga as emendas, ele não cumpre as emendas, aliás, não estou

aqui nem fazendo uma crítica, apenas dizendo o seguinte: o Governador sempre foi claro que ele não paga mesmo. É uma opção deste Parlamento emendar o orçamento, mas ele sempre deixou claro que não faz parte da forma dele trabalhar pagar as emendas colocadas pelos Parlamentares. Mas, há uma preocupação: o valor a ser aprovado por esta Casa, do orçamento, Deputado Durval Amaral, será o mesmo valor estabelecido pelo projeto que foi enviado por esta Casa. Qual é o crescimento que se coloca ali? É 4,5%.

Sabidamente, o Paraná não será diferente do Brasil no ano que vem. Não teremos esse crescimento e, provavelmente, não vamos ter a arrecadação conforme está colocado no projeto e vamos aprovar aqui.

O Presidente Lula fez um ajuste no seu orçamento, readequou o orçamento prevendo o que vai acontecer com a questão da crise. Nós aqui, não fizemos esse reajuste. O Governo do Estado não fez esse reajuste ao mandar a peça orçamentária para cá.

Então, provavelmente o executado do orçamento que vamos aprovar aqui não será aquilo que será aprovado. Apenas fazer essa ressalva, dizendo que todos nós, obviamente, vamos votar pela aprovação do orçamento. Vamos torcer que o Paraná possa fazer uma arrecadação que seja de acordo com aquilo que estabelece o orçamento. Embora saibamos que essa reforma colocada aqui possa, quem sabe, até melhorar um pouco o caixa do Governo do Estado - me diz o Líder do Governo que não é verdade - imaginamos que pode não ser, mas pode ser também.

Apenas deixar essa preocupação de que, anteendo a crise, poderíamos fazer os ajustes necessários à peça orçamentária para a sua execução no ano que vem.

Além da crise temos um problema que, segundo os dados da safra, tanto pela CONAB, como pela própria Secretaria da Agricultura, pela questão do tempo já temos uma queda da safra, o que nos coloca, obviamente, uma diminuição da arrecadação no ano que vem.

Apenas para colocar nesse encaminhamento essa ressalva ao parabenizar o Deputado Nereu Moura, pela forma como colocou aqui a aprovação do orçamento, a Deputada Beti, todos os funcionários, todos os Deputados que fazem parte da Comissão de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, o Deputado Ney Leprevost.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Sr. Presidente, a exemplo do Deputado Durval Amaral, quero cumprimentar o Relator do Orçamento, Deputado Nereu Moura, que pelo segundo ano consecutivo que estou nesta Casa, faz um trabalho brilhante junto com a sua equipe, onde está a Ana Beatriz, o Mauro, junto com os demais Deputados membros da Comissão de Orçamento, junto com a Deputada Beti Pavin.

Quero cumprimentar a Mesa Executiva desta Casa, presidida por V. Exa., por estar cumprindo à risca os pra-

zos e votar o orçamento em termo hábil para que ele possa ser aplicado já no início do ano que vem. Ao cumprimentá-lo, cumprimento todos os membros da Mesa Executiva, e quero fazer um agradecimento especial, em nome dos Deputados que compõem a Comissão de Saúde desta Casa Legislativa, pelo fato do Deputado Nereu Moura e dos demais Deputados que fazem parte da sua Comissão terem acatado as emendas coletivas apresentadas pela Comissão de Saúde, em benefício dos hospitais que atendem no Paraná a população carente através do SUS.

Todos os Deputados que compõem a Comissão de Saúde assinaram essas emendas coletivas, elas não são uma iniciativa minha, são uma iniciativa nossa, iniciativa de Deputados que representam todos os partidos que estão nesta Casa de Leis.

Portanto, tenho certeza, Deputado Nereu Moura, que o senhor contará com a eterna gratidão de todas as pessoas que lutam para melhorar a Saúde no estado do Paraná.

Quanto ao pagamento ou não por parte do Governador, sejamos francos, a lei faculta ao Governador decidir se paga ou não essas emendas. Mas pela minha experiência, mesmo sendo eu um Deputado de Oposição, posso assegurar aqui aos nobres Parlamentares que quando o assunto é Saúde, e aqui temos que fazer justiça, o Governador Roberto Requião tem se mostrado extremamente sensível. Sou opositor do Governo do Estado, sou um crítico do Governo do Estado, mas não posso deixar aqui, como homem honesto, justo e franco, de reconhecer que nas vezes em que procurei o Governador para tratar de problemas referentes aos hospitais ele foi aberto e as palavras dele foram exatamente essas: “Leprevost, sei que você faz Oposição a mim na Assembléia, mas quando necessitar de equipamentos para hospitais sérios, que atendem a população carente, pode vir conversar comigo que estou disposto a ajudar.” E ajudou, realmente, alguns hospitais.

É importante, realmente, a existência dessas emendas, porque elas nos dão a oportunidade de ter no orçamento a rubrica necessária para poder permitir que o Governo compre esses equipamentos, mesmo que não seja através do pagamento de emendas. Mesmo que sejam emprestados os equipamentos por 15 ou por 20 anos para os hospitais.

Era isso que eu queria deixar registrado e aqui os meus cumprimentos a todos os Deputados Estaduais, à Mesa Executiva, e mais uma vez ao Deputado Nereu Moura.

A SRA. BETI PAVIN (PMDB)

Sr. Presidente, não poderia deixar aqui de registrar a participação de todas as pessoas, os membros da Comissão técnica, os técnicos que nos ajudaram no decorrer desses três meses a fazer com que esta lei, esse substitutivo da Lei Orçamentária estivesse aqui sendo apresentado hoje.

Dizer a vocês que, sem dúvida nenhuma, o trabalho deles foi exemplar. É digno de reconhecermos, porque sabemos que eles ficaram até tarde, foram quase 5 mil emendas que foram apreciadas por nós nesse período. E o primeiro trabalho e a primeira verificação foi feita por esses técnicos. Quero agradecer a eles e agradecer a V. Exa. por sempre ter entendido as nossas dificuldades, ao nosso trabalho e aos demais Deputados que participam conosco na Comissão, em particular o Deputado Nereu Moura, o Relator do Orçamento, que com muita competência e sabedoria soube conduzir o relatório para que pudesse estar aqui para apreciação. Principalmente como foram tantas emendas no valor que não tinha nem como se trabalhar, ele soube, dentro de critérios, não desagradar a ninguém.

Quero comunicar a todos os Deputados que, a partir do ano que vem, o Deputado Nereu assumirá a presidência dessa Comissão, por decisão de nós Deputados e pensando na alternância de poder.

Era isso, e agradecer a todos vocês pelo apoio que sempre tivemos.

Obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Quero registrar o seguinte: primeiro, o Governo decidiu manter a peça orçamentária da forma com que chegou a esta Casa e recebeu as emendas. Foi um extenuante trabalho conduzido pela competente Beti Pavin como Presidente da Comissão de Orçamento, com relato e discussão feita pelo Deputado Nereu Moura.

Mas o Governo optou justamente para poder manter os investimentos que estão programados para 2009, no sentimento em que é justamente na época de crise que o estado tem que se fazer forte e presente na implementação das políticas públicas. O estado vai investir mais de 30% na área da Educação. Vamos fazer os investimentos importantíssimos na área da Saúde, um conjunto de obras que geram empregos, renda, atividade econômica, além, é claro, de esperar que a nossa economia, a economia paranaense, possa sofrer menos com a crise do que outras economias. Até porque temos que reconhecer, há problemas pontuais, mas até o presente momento nossa economia tem suportado bem este processo que se avizinha, pelo menos nos países europeus e da América do Norte, uma recessão econômica.

Já foi o tempo que neste país nós tínhamos que ver os Governos ainda antes de praticamente iniciar o exercício financeiro, os Governos fazendo o contingenciamento. Contingenciava-se 30%, desde saída, dos orçamentos. É claro que é necessário o Governo ter cautela nos seus investimentos. Mas, por outro lado, sabemos o quanto perde uma política pública se formos esperar para ver o desempenho.

O Governo libera por trimestre, vai vendo o desempenho, aquilo que foi executado, vai ter o dinheiro, a rubrica orçamentária, o dinheiro, a receita tem que estar

realizada para poder se fazer o investimento. E o Governo, claro, vai ter a responsabilidade. Mas, sabemos que na época de crise é que o Governo tem que investir, gerar emprego e tem que apoiar o setor da nossa economia.

Por isso, Sr. Presidente, nós parabenizamos a Comissão de Orçamento e esperamos a aprovação desta peça orçamentária, porque 23 bilhões e 600 milhões é o maior orçamento da história do Paraná. E vai ser realizado, porque o Paraná sempre conseguiu superar suas crises, fossem quais fossem, especialmente as crises econômicas. Nosso Paraná é forte, nossa agricultura é muito forte e temos capacidade econômica. A sociedade civil organizada é muito articulada e nós vamos vencer a crise.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em votação, na forma de substitutivo geral da Comissão de Orçamento. **Aprovado por unanimidade.**

Esta Presidência, na esteira dos Deputados que se pronunciaram aqui neste instante, cumprimenta e rende suas homenagens e os agradecimentos à Deputada Beti Pavin, ao Deputado Nereu Moura, aos membros da Comissão e em especial à assessoria aqui presente, repre-

sentada pela nossa Aninha, pelo Mauro, por todas as pessoas que contribuíram para que chegássemos a este momento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3913 de autoria do Sr. Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 374/08.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 392/08.

Levanta-se a Sessão.

